



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000729-89.2012.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Carlos Cesar de Souza Construção Civil**
 Requerido: **Cosan Sa Industria e Comercio**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Vistos.

1- Fls. 207/209, 227. Mntenho a decisão agravada, por seus fundamentos, salientando que houve intimação da empresa autora para instruir adequadamente a precatória expedida para a oitiva de sua testemunha, tendo havido inércia de sua parte, ensejadora da preclusão, conforme fls. 184 e 126. Veja-se que o autor foi intimado a juntar cópia da contestação da deprecata em 02/04/13 e somente o fez em 20.09.13 (fls. 189) e depois de devolvida a precatória!

2- Profiro sentença.

3- Trata-se de cobrança ajuizada por Carlos César de Souza Construção Civil contra Cosan SA Indústria e Comércio aduzindo ter sido contratado para prestar serviços de construção com fornecimento de material em instalações da ré, iniciando os trabalhos em janeiro de 2009 e encerrando em julho de 2011, estando pendente de pagamento a importância de R\$ 24.382,01.

Contestação às fls. 32/39 alegando que os serviços contratados não foram finalizados no prazo avençado e que foram constatados vários defeitos na obra. Notificado, o autor ficou-se inerte. Arguiu exceção de contrato não cumprido. Aponta que apenas as notas 00279, 00284 e 00309 têm relação com os serviços contratados. Destas, foram devolvidas as notas 00279 e 00284 e se eventualmente remanescesse algum crédito seria o referente à nota 00309. Entende que nada é devido.

Réplica às fls. 64/66 insistindo ter prestado os serviços e que a paralisação ocorrida deu-se por ordem da funcionária Cláudia. Alega que todos os serviços foram executados e terminados com autorização do coordenador Narciso e Cláudia.

O processo foi saneado às fls. 77/79 e foi colhida prova oral.

A instrução foi encerrada concedendo-se prazo às partes para memoriais.

É o relatório. Decido.

A ação é improcedente.

A empresa autora, segundo se extrai dos autos, foi contratada para a execução de dois serviços: reforma da portaria da unidade Serra, da ré; reforma do prédio da unidade Tamoio, da ré.

A ré instruiu a contestação com prova documental idônea e conclusiva a respeito da procedência de sua exceção do contrato não cumprido, seja porque a empresa autora **não concluiu** os serviços para os quais foi contratada – veja-se fotografias de fls. 59/61 e prova da contratação de outras empresas para a finalização, conforme fls. 42/43, 44/46, 47/49, 50/52, e 53/55, e ainda depoimentos de fls. 95 (CD), 148/152 e 167 -, seja porque a empresa autora **executou serviços de forma inadequada**, ponto salientado pelo proprietário de uma das empresas contratadas posteriormente, fls. 148/152, e pela funcionária Cláudia de Oliveira Antônio (CD, fls. 95).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Quanto ao mais, saliente-se que a empresa autora também **não demonstrou** a existência de qualquer saldo decorrente da falta de proporcionalidade entre o que já foi pago e o que foi parcialmente executado, ônus que lhe cabia por força do art. 333, I do CPC. Ao contrário, a ré é que trouxe demonstração diligente evidenciando que o que foi pago correspondeu ao que foi executado, basta ler a contestação e seus memoriais (fls. 211/226).

Saliente-se ainda o teor das declarações de **Cláudia de Oliveira Antonio** (CD, fls. 95), que trabalha na unidade Serra, e indicou que a paralisação da obra não decorreu de determinação da ré, e sim da empresa autora, embora tenha havido contatos para retomar o cumprimento de sua prestação e corrigir as falhas até então apresentadas.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido e **CONDENO** o autor em custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 1.000,00.
P.R.I.

Ibaté, 28 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**